



## UE institui medidas de salvaguarda sobre o arroz proveniente do Camboja e de Mianmar

Bruxelas, 16 de janeiro de 2019

**Um inquérito confirmou o aumento significativo das importações de arroz indica provenientes do Camboja e de Mianmar na União Europeia e o prejuízo económico decorrente para os produtores europeus.**

**Por este motivo, a Comissão Europeia tomou hoje a decisão de reintroduzir direitos de importação, que serão gradualmente reduzidos durante um período de três anos.**

De acordo com a decisão da Comissão, que é publicada amanhã no Jornal Oficial, a partir de 18 de janeiro, a União Europeia vai reinstituir o direito aduaneiro normal aplicável a este produto, que ascenderá a 175 EUR por tonelada no primeiro ano e será gradualmente reduzido para 150 EUR por tonelada no segundo ano e 125 EUR por tonelada no terceiro.

No decurso do inquérito iniciado em março de 2018, a Comissão apurou que as importações de arroz indica provenientes de ambos os países tinham aumentado 89 % nas cinco últimas campanhas de comercialização do arroz. Verificou ainda que os preços não só eram substancialmente inferiores aos praticados no mercado da UE como tinham mesmo diminuído nesse período. Este aumento súbito das importações a preços reduzidos causou graves dificuldades aos produtores de arroz da UE, levando a uma queda considerável da sua parte de mercado na UE, que passou de 61 % para 29 %.

O Camboja e Mianmar são beneficiários do regime de comércio «Tudo Menos Armas» da UE, que concede unilateralmente acesso ao seu mercado, com isenção de direitos aduaneiros e sem limites quantitativos, aos países menos avançados do mundo (exceto para armas e munições). A iniciativa constitui um dos pilares do Sistema de Preferências Generalizadas da UE (SPG), um regime de redução de direitos aduaneiros para países em desenvolvimento. A medida hoje adotada recorre ao mecanismo de salvaguarda previsto no Regulamento SPG.

### Contexto

O pedido inicial de instituição de medidas de salvaguarda sobre as importações de arroz foi apresentado pelo governo italiano em fevereiro de 2018, com o apoio de todos os outros Estados-Membros produtores de arroz (Espanha, França, Portugal, Grécia, Hungria, Roménia e Bulgária). A Comissão deu início a um inquérito formal em 16 de março de 2018. As medidas estarão em vigor por um período de três anos.

A decisão será publicada no Jornal Oficial da União Europeia em 17 de janeiro e entrará em vigor no dia seguinte.

### Para mais informações:

[Relações comerciais da UE com o Camboja](#)

[Relações comerciais da UE com Mianmar](#)

[Sistema de preferências generalizadas](#)

IP/19/427

Contactos para a imprensa:

[Daniel ROSARIO](#) (+ 32 2 295 61 85)

[Kinga MALINOWSKA](#) (+32 2 295 13 83)

Perguntas do público em geral: [Europe Direct](#) pelo telefone [00 800 67 89 10 11](#) ou por [e-mail](#)